



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 7

Atena
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 7 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-308-8

DOI 10.22533/at.ed.088190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 7” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO HÍBRIDO: A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO DO ALUNO NAS DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS	
Adriano Rosa Alves Eliza Adriana Sheuer Nantes	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903041	
CAPÍTULO 2	17
ENTRE A LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PPC DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFPA	
Erita Evelin da Silva Silva Wilma de Nazaré Baía Coelho	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903042	
CAPÍTULO 3	29
ENTRE METODOLOGIAS E PROJETOS DE PESQUISA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM LICENCIANDOS EM MÚSICA	
Elisa da Silva e Cunha Maria Cecília de Araujo Rodrigues Torres	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903043	
CAPÍTULO 4	37
ERA UMA VEZ... UM DIÁLOGO COM A LITERATURA INFANTIL E O CORPO EM MOVIMENTO	
Sára Maria Pinheiro Peixoto Ana Aparecida Tavares da Silveira Fabyana Soares de Oliveira Marcilene França da Silva Tabosa Maria Aparecida Dias	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903044	
CAPÍTULO 5	47
ESCOLA DE PALHA, DE MADEIRA OU DE TIJOLOS? A IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E SUCESSO ESTUDANTIL.	
Mariana Rocha Fortunato Beatriz Oliveira Duarte Simone Braz Ferreira Gontijo	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903045	
CAPÍTULO 6	56
ESCOLA EFICAZ: QUAL É O OLHAR DOS DOCENTES DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL DE PERNAMBUCO?	
Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903046	

CAPÍTULO 7	65
ESPIRAL DE SENTIDOS E AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA PARA GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRN	
<p>Josângela Bezerra da Silva Marcelo dos Santos Bezerra Elda Silva do Nascimento Melo</p>	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903047	
CAPÍTULO 8	77
ESSE PAPEL NÃO É SÓ SEU, É DA ESCOLA!	
<p>Elcio Galioni Fernanda Aparecida Loiola Barbosa Mariana Fogaça Marcelo</p>	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903048	
CAPÍTULO 9	83
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISE E PERCEPÇÃO DAS AULAS DE MATEMÁTICA	
<p>Antonia Dália Chagas Gomes Cibelle Euridice Araújo Sousa Francisco Jucivânio Félix de Sousa</p>	
DOI 10.22533/AT.ED.0881903049	
CAPÍTULO 10	91
ESTUDO COMO ATIVIDADE ARTÍSTICA	
<p>Adriana Vieira Lins Ciro Bezerra Claudio da Costa Alluska Souza Cavalcante</p>	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030410	
CAPÍTULO 11	100
ESTUDO E VIRTUDE: CONTRADIÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
<p>Ciro Bezerra Daniella Meneses de Oliveira Arroxellas Denis Avelino Roseane Nascimento</p>	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030411	
CAPÍTULO 12	108
ESTUDO SOBRE OS PRIMEIROS PLANOS DE AULA APRESENTADOS POR ALUNOS DE UMA GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	
<p>Otávio Vieira Sobreira Júnior Francisco Wagner de Sousa Paula Lydia Dayanne Maia Pantoja Germana Costa Paixão</p>	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030412	

CAPÍTULO 13	118
EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS: COMPETÊNCIA, CERTIFICAÇÃO E NEGAÇÃO	
Marcilene Ferreira Rodrigues Ferreira, Valdivina Alves	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030413	
CAPÍTULO 14	132
EXPECTATIVA VS REALIDADE: JOVENS ALÉM DOS FONES DE OUVIDO	
Alice Luz Elisa da Silva e Cunha	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030414	
CAPÍTULO 15	142
EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO SUPERIOR: O RELATO DE UMA ESTUDANTE SURDA EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Cristiane Gomes Ferreira Sabrina de Azevedo Evangelista	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030415	
CAPÍTULO 16	152
EXPLORANDO O CORPO HUMANO: DISCURSOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO	
Jucenilde Thalissa de Oliveira Fernando Vinícius Pereira de Almeida Jackson Ronie Sá-Silva Marcos Felipe Silva Duarte	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030417	
CAPÍTULO 17	157
FALTA DE ATIVISMO DOCENTE: DESCARACTERIZAÇÃO DA PROFISSÃO - CENTRO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Genilda Alves Nascimento Melo Célia Jesus dos Santos Silva Andréia Quinto dos Santos	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030418	
CAPÍTULO 18	168
FATORES DA EVASÃO ESCOLAR: NA ESCOLA JOSÉ DO PATROCÍNIO, DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, NO DISTRITO DE FAZENDINHA EM MACAPÁ, AMAPÁ – BRASIL	
Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Nilda Miranda da Silva Diana Socorro Leal Barreto Eliana da Silva Rodrigues Irany Gomes Barros	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030419	

CAPÍTULO 19	179
FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE LIBRAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES	
Josiane Junia Facundo de Almeida André Luis Onório Coneglian Antônio Aparecido de Almeida Cleusa Camargo de Oliveira	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030420	
CAPÍTULO 20	190
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM CONTEXTOS VIRTUAIS: AS REDES DE COLABORAÇÃO COMO NOVAS FORMAS DE APRENDER E ENSINAR	
Ana Lúcia de Souza Lopes Marili Moreira da Silva Vieira Claudia Coelho Hardagh	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030421	
CAPÍTULO 21	202
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O DIÁLOGO E A PARTICIPAÇÃO COMO PRINCÍPIOS FORMATIVOS	
Maria Perpétua do Socorro Beserra Soares	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030422	
CAPÍTULO 22	214
FORMAÇÃO CONTINUADA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR? O LUGAR DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	
Nancy Costa de Oliveira Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030423	
CAPÍTULO 23	226
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ENSINO DA DIVERSIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR	
Oswaldo Jefferson da Silva	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030424	
CAPÍTULO 24	237
FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE O ENSINO DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Adriana Camejo da Silva Aroma Paulo Fraga da Silva	
DOI 10.22533/AT.ED.08819030425	
CAPÍTULO 25	248
FORMAÇÃO TÉCNICA E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO PERMANENTE COM A PRÁTICA	
Queila Carla Ramos da Silva Alcantara Ana de Kássia Silva Lyra Sebastião Soares Lyra Netto Jedida Severina de Andrade Melo	

Rosilene Tarcisa da Silva Lisboa
Andréia Gilzélia de Arruda Santana
Paula Helena da Rocha Silva

DOI 10.22533/AT.ED.08819030426

CAPÍTULO 26 265

FRACATAIS COMO EIXO INTEGRADOR ENTRE AS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E ARTES

Samara Régia de Andrade
Pascoal Eron Santos de Souza
Marianne Louise Marinho Mendes
Cristhiane Maria Bazilio de Omena

DOI 10.22533/AT.ED.08819030427

CAPÍTULO 27 273

FUNÇÕES QUADRÁTICAS ATRAVÉS DE AULAS DINAMIZADAS COM *SOFTWARE*:
UMA PROPOSTA PARA O EJA

Rosângela Araújo da Silva
Luana da Silva Dantas Fonseca

DOI 10.22533/AT.ED.08819030428

CAPÍTULO 28 281

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PRESENTES EM PESQUISAS
COM MODELAGEM MATEMÁTICA EM ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA
BOLEMA

Daniel Santos de Carvalho
Everton Soares Cangussu
Naralina Viana Soares da Silva Oliveira

DOI 10.22533/AT.ED.08819030429

CAPÍTULO 29 293

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PRESENTES EM PESQUISAS
COM MODELAGEM MATEMÁTICA EM ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA
BOLEMA

Cristiana Marinho da Costa
Janaina Alves de Lima
Nathalya Marillya de Andrade Silva
Josley Maycon de Sousa Nóbrega
Jefferson Silva Costa
Quercia Carvalho Eloi

DOI 10.22533/AT.ED.08819030430

CAPÍTULO 30 298

GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS MATERIAIS DIDÁTICOS EM UMA ESCOLA
CATÓLICA

Selmara Lima de Carvalho

DOI 10.22533/AT.ED.08819030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 303

FORMAÇÃO CONTINUADA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR? O LUGAR DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Nancy Costa de Oliveira

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação
Brasília - DF

**Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto
Dantas**

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação
Brasília - DF

RESUMO: O estudo visa refletir sobre a política de desenvolvimento dos técnicos administrativos ofertada pelas IES considerando a formação continuada desses sujeitos na perspectiva de uma educação que promova sua emancipação. A metodologia, de natureza qualitativa, se constitui de uma pesquisa bibliográfica, a partir de estudos realizados durante a pós-graduação, tendo como base teórica o materialismo histórico dialético a partir de autores como Antunes (2012), Mészáros (2008), Paro (2013) e ainda as produções acadêmicas realizadas até o momento no âmbito da temática em curso. Os resultados apontam que os técnicos administrativos que atuam nas IES necessitam desenvolver sua formação de modo contínuo contemplando o âmbito acadêmico destes profissionais, para além do desenvolvimento de competências e habilidades profissionais comuns ao modelo reprodutivista de capacitação profissional que tende, apenas, a promover a alienação

do trabalho. As conclusões apontam que na condição de sujeitos críticos, almeja-se que estes profissionais superem essa alienação, transformados pela ação emancipadora de uma formação integral ressignificando sua atuação no ambiente em que trabalham e na própria sociedade. Dessa forma, estarão traçando uma trajetória profissional para *além do capital* o que significa seguir adiante para uma transformação sóciohistórica em sua totalidade onde a Educação, entendida em seu sentido mais amplo, se torne a principal ferramenta capaz de nortear todo o processo de transformação social com vistas a superação da alienação do trabalho e a garantia plena da emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Técnicos Administrativos em Educação; Formação continuada; Emancipação.

ABSTRACT: The study aims to reflect on the development policy of the administrative technicians offered by the IES considering the continuing education of these subjects in the perspective of an education that promotes their emancipation. The methodology, of a qualitative nature, consists of a bibliographical research, based on studies carried out during the postgraduate course, having as theoretical basis the dialectical historical materialism from authors such as Antunes (2012), Mészáros

(2008), Paro (2013), and the academic researches done so far in the scope of the current course theme. The results indicate that the administrative technicians who work in IES need to develop their training in a continuous way, taking into account the academic scope of these professionals, as well as the development of skills and professional skills common to the reproductive model of professional qualification that only tends to promote alienation of work. The conclusions point out that as critical subjects, it is desired that these professionals overcome this alienation, transformed by the emancipating action of an integral formation, giving another meaning to their own work and the society. In this way, they will be tracing a professional trajectory beyond capital which means to move forward towards a sociohistorical transformation in its totality where Education, understood in its broadest sense, becomes the main tool capable of guiding the whole process of social transformation aiming to overcome the work alienation and the full guarantee of human emancipation.

KEYWORDS: Administrative Technicians in Education; Continuing education; Emancipation.

1 | INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política, social e econômica no Brasil perpassa por uma profunda crise. Destarte, acaba acarretando intensas consequências para a sociedade, sobretudo para a educação, diante do abandono das escolas públicas, da falta de investimento e de políticas públicas concretas para a formação continuada de professores e de técnicos administrativos culminando com a própria desvalorização desses profissionais. O estudo que ora apresentamos tem como objetivo refletir sobre a política de desenvolvimento dos técnicos administrativos ofertada pelas IES/ Instituições de Ensino Superior considerando a formação continuada desses sujeitos na perspectiva de uma educação que promova sua emancipação.

As IES públicas também vitimadas por esta crise, sofrem com cortes orçamentários que ameaçam a continuidade de diversas pesquisas científicas em prol do desenvolvimento do país comprometendo o seu funcionamento, em função das centenas de demissões oriundas da Emenda Constitucional 95/2016 que determina o congelamento de gastos com os serviços por vinte anos.

Nesse contexto, evidencia-se um processo de desvalorização do trabalhador diante da progressiva terceirização no serviço público que compromete direitos trabalhistas conquistados após hercúleos movimentos sociais de luta reivindicando condições de trabalho.

Entretanto, para se refletir sobre o impacto do desmanche do sistema educacional e ainda da política de desvalorização do trabalhador urge entender de que forma as políticas educacionais são influenciadas pelos acordos realizados entre o Estado e os organismos multilaterais que, se por um lado acenam sedutoramente com linhas de financiamento, por outro definem metas no campo político e econômico do país que

contribuem para o empobrecimento educacional cada vez maior da população, dentre outras mazelas.

No Brasil e nos demais países da América Latina o financiamento da educação recebe aportes de agências internacionais, em especial do Banco Mundial e do Banco Interamericano do Desenvolvimento, para atingir as metas acordadas na agenda UNESCO/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos principais indicadores do esforço do Estado brasileiro em ampliar o acesso e a qualidade da educação é o financiamento destinado a esse propósito, porém as injeções financeiras aplicadas por essas agências multilaterais determinam também as prioridades estabelecidas nesses acordos, a fim de garantir o cumprimento da agenda global fixada pelos organismos internacionais.

Segundo Trojan (2010), provavelmente em decorrência das metas para a educação determinadas durante a **Conferência Mundial de Educação para Todos**, cujo um de seus objetivos principais era reduzir ou eliminar as desigualdades das escolas e impor o mesmo padrão de qualidade no sistema educacional, dados oriundos dos relatórios da UNESCO apontam um aumento significativo no percentual de investimento do PNB (Produto Nacional Bruto) na educação por parte do Estado brasileiro entre 1980 (3,6%) para 1990 (4,55%), 1995 (5,55%) e 1998 (5,3 %). A partir de então houve uma redução desse percentual, mantendo-se entre os patamares de 4,4% e 4,5%.

A autora acrescenta que embora essa seja uma tendência nos países da América Latina, o fato pode indicar uma possível adesão ao pensamento do Banco Mundial que entende existir financiamento suficiente, mas o gasto público em educação costuma ser ineficiente e desigual.

Nessa linha de pensamento, a autora ressalta ainda que o gasto público não significa melhoria na educação, pois é necessário considerar elementos de natureza quantitativa tais como o número total de matrículas bem como o total de gastos em cada nível de ensino. Também destacamos as questões de ordem política e cultural que condicionam a definição de políticas públicas educacionais tais como a correlação de poder e disputa, a relação entre oferta pública e privada de ensino, o valor atribuído à educação pela população em questão, além de outros fatores.

Entretanto, para compreender os movimentos que influenciam o papel do Estado frente as tomadas de decisões acerca da política educacional faz-se necessário lembrar que o sistema Capitalista, ao estabelecer diretrizes para as políticas públicas, reforça interesses que estão a serviço do acesso ao mercado, do aumento dos índices de produção, das taxas cambiais, das metas inflacionais e do desenvolvimento social como aporte ao desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, pode-se inferir que a relação educação e trabalho, entendida do ponto de vista histórico, está diretamente ligada aos interesses do modo de produção capitalista que indubitavelmente se contradizem as melhorias da qualidade da educação ofertada para todos. O que vale é o resultado financeiro do produto a ser gerado pelo homem, num processo de alienação da sua força de trabalho, de

negação do papel da educação enquanto fator de redução das desigualdades sociais, bem como responsabilizando-se pela constituição de uma nação economicamente forte e repleta de oportunidades geradoras que permeiam o desenvolvimento social e econômico dentro do Estado democrático.

Ressaltamos a necessidade de implementação de políticas públicas, a despeito da crise econômica que ora perpassa as IES. Tais políticas podem oportunizar a formação continuada dos técnicos administrativos em educação não apenas para atender aos objetivos institucionais, caracterizando-se como uma formação mecanizada, mas como uma forma de sua valorização e emancipação social para além dos objetivos capitalistas.

2 | METODOLOGIA

A metodologia foi delineada por meio da abordagem qualitativa e materializada na pesquisa bibliográfica. Tal escolha deve-se a apropriação do aporte teórico de Creswell (2010, p. 26) que considera esse tipo de pesquisa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

A nossa opção pela pesquisa bibliográfica deve-se aos estudos teóricos realizados recentemente por ocasião da nossa formação continuada. De acordo com Demo (1985), apesar de instrumental, a pesquisa bibliográfica é necessária para a formação acadêmico-científica, pois significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos e a indagação sobre o presente como fator consequente do passado. Na prática, a Pesquisa bibliográfica oportuniza ao pesquisador a leitura analítica e o ordenamento e sumarização de informações contidas em diversos meios de comunicação científica, possibilitando a obtenção de respostas ao problema de pesquisa. Neste sentido, cabe ao pesquisador adotar uma atitude de objetividade, imparcialidade e respeito pelo objeto pesquisado (GIL, 2002).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura que executamos visou estudar o panorama das produções acadêmicas acerca da formação continuada dos técnicos administrativos em educação. Na comunidade acadêmica esse procedimento é compreendido como Estado do Conhecimento, sendo definido como:

[...] um estudo quantitativo/qualitativo, descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre um determinado objeto, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis como, por exemplo, data de publicação, temas e periódicos, etc. (MOROSINI, 2006, p. 113).

Dessa forma, foi possível identificar nuances, ainda não investigadas, para, assim, oportunizar novos olhares acerca da temática que iremos abordar, tal como preconizado por FRANCO:

O Estado do Conhecimento oportuniza o pesquisador abordar um setor das publicações com objetivos sintéticos sobre seu objeto de pesquisa identificando o tipo de produção. Na prática, o Estado do Conhecimento nos permite fazer uma sumarização de informações contidas em pesquisas que ajudarão a compreender o campo, identificando lacunas de onde poderemos organizar o estudo seguinte. (2017, p. 29).

Por conseguinte, definimos as categorias **técnico, trabalho, formação continuada e Procap** para a produção do Estado de Conhecimento, por entendermos que estas se referem diretamente ao objeto de pesquisa delineado.

Além de revelar a produção acerca do tema, constatamos que a maioria dos trabalhos produzidos sobre capacitação e formação continuada dos técnicos administrativos da educação concentra-se na região Centro-Oeste. Desses, as 05 (cinco) dissertações encontradas foram realizadas no Distrito Federal, no âmbito de uma das mais expressivas universidades públicas, a Universidade de Brasília. Dentre os estudos localizados percebemos que a formação continuada dos TAEs é tratada sob diferentes perspectivas. Traçaremos a seguir algumas reflexões.

Em sua pesquisa qualitativa Junkers (2015) sinaliza para a necessidade de implantação de políticas voltadas para o desenvolvimento de pessoas no intuito de contribuir para a formação de uma nova cultura institucional a ponto de fortalecer a excelência da gestão interna das instituições federais de ensino superior. Sugere ainda que os servidores, ao ingressarem nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), sejam esclarecidos sobre as especificidades e função da universidade, sobretudo acerca das funções que irão desempenhar na instituição. Sendo assim, ressalta a necessidade de intensificação de políticas de gestão de pessoas onde os processos de avaliação sejam instrumentos balizadores nas tomadas de decisão e aperfeiçoamento para fins de alocação dos recursos disponíveis em prol da missão institucional.

Pode-se inferir que tal posicionamento se assemelha a PNDP (Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal), instituída pelo Decreto nº 5707/2006 que implementa a gestão por competências nos órgãos e demais entidades da administração pública e a define como sendo:

[...] gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição. (BRASIL, 2006, s/p.).

Silva (2017, p.7) investigou a formação continuada na perspectiva do impacto

financeiro desta nos proventos dos TAE's sob a égide de que a melhoria na qualificação destes iria "sedimentar o preenchimento de postos na instituição de pessoas que tenham um perfil adequado" numa clara referência ao sistema meritocrático bastante discutido atualmente.

Para Magalhães (2007), o treinamento dos STA (Servidores Técnico-Administrativos), aqui entendidos como TAE's, é a atividade de capacitação desses sujeitos na perspectiva do atendimento dos objetivos institucionais. Tal afirmação vai ao encontro do que preceitua a Presidência da República do Brasil ao considerar capacitação como sendo o:

[...] processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais [...]. (BRASIL, 2006, s/p.).

Ora, enquanto a Lei aborda a capacitação como sendo uma possibilidade para o desenvolvimento de competências e habilidades para o melhor desempenho profissional, chamamos a atenção para algo que vai além desse propósito: a formação contínua, que compreende um processo de formação integral do sujeito, mais ampla, emancipadora, para além da dimensão profissional que, segundo Chantraine-Demilly citado por Dantas (2007, p. 63), são "concepções diferentes de formação ao nível dos objetivos, dos conteúdos prioritários e dos métodos dominantes que se confrontam, em concorrência, ou coexistem no terreno com afrontamentos por vezes inábeis".

Marzolla (2013) ao investigar a inserção de servidoras técnico-administrativas na gestão institucional o faz sob a perspectiva de que deveria existir uma política de valorização daquelas que fossem academicamente mais qualificadas. Em suas conclusões, critica a atual cultura organizacional de uma instituição de ensino superior ao afirmar que essa se dá pela ocupação de cargos de chefia por indicação e troca de favores em detrimento da qualificação ou competência.

Contudo, é preciso lembrar que sem desconsiderar as importantes discussões desenvolvidas acerca do tema, o que se constata nos estudos acima é que embora promovam reflexões pertinentes sobre a questão da capacitação dos técnicos administrativos em educação, objetivamos trazer para o palco de discussões a implantação de uma política para além da qualificação profissional.

Assim sendo, embora importantes e pertinentes, as ações decorrentes da melhoria do nível de qualificação desses profissionais, quer enquanto impacto financeiro ou mesmo inserção nos altos postos da gestão universitária, estão aquém do que se espera de uma Universidade reconhecida como espaço difusor de conhecimento, cuja história de criação perpassa pela promessa de reinvenção da educação superior de modo a entrelaçar as diversas formas de saber, no intuito de formar profissionais engajados com a transformação do país.

Numa clara tentativa de desvelar o que está posto e de revelar novos olhares e perspectivas de natureza emancipatórias, a pesquisa almeja trazer à reflexão das IES a necessidade de, ao evocarem sua natureza autônoma, conseguirem romper com as amarras do sistema capitalista, e assim implementarem políticas voltadas para a formação continuada, aqui entendida como formação integral e emancipadora. Acrescenta-se ainda a necessidade de promover discussões no intuito de se pensar possibilidades para a materialização de um novo conceito de formação de cidadãos que se tornem conscientes do seu papel transformador na sociedade.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 19, acrescida ao caput do artigo 37 da Constituição Federal, constatamos que o princípio da Eficiência é considerado como a consagração de uma revitalização na atuação institucional. Destarte, faz-se necessário realizar a reconstrução da prática no funcionalismo público através da reeducação de seus agentes, por meio de iniciativas que lhes proporcionem a capacitação necessária para tal.

Nesse sentido, ao verificarmos as ações acerca da regulamentação da capacitação e da formação continuada dos técnicos administrativos em educação verificamos que as IES programam ações estratégicas no intuito de redimensionar a força de trabalho e de promover a formação continuada configurada numa política de investimento em educação e qualificação dos servidores técnicos administrativos.

Contudo, o que se percebe é que na prática, as ações de capacitação continuada ofertadas pelas IES aos técnicos administrativos se confundem com ações de formação continuada, pois se limitam ao processo de ensino/aprendizagem como facilitadores da mobilização de conhecimentos e da geração de habilidades específicas para a carreira. No caso específico dos profissionais docentes sabemos que as Metas 13, 14, 15, 16 e 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 aqui concebidas como políticas que tratam da valorização desses profissionais, embora longe de atenderem ao contingente de professores que anseiam por melhorarem sua formação acadêmica, minimamente se constitui em um importante compromisso para com a formação continuada, sobretudo a nível *strictu sensu*.

Entretanto, no que diz respeito aos técnicos administrativos em educação, o Estado apresentou uma proposta para estabelecer mecanismos capazes de promover a melhoria no serviço público culminando na publicação, em 2005, da Lei nº 11.091, que dispõe sobre a estruturação do PPCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação). Desse modo, esta Lei passou a determinar a forma como deve ser conduzido o desenvolvimento profissional desses sujeitos.

De modo geral, a carreira desses profissionais foi dividida em cinco níveis de classificação: A, B, C, D, e E que correspondem às especificações do cargo. Sendo assim, cada cargo está assim dividido em quatro níveis de capacitação que vão de I a IV e se alteram na medida em que o servidor obtém progressão por capacitação. De acordo com o previsto no Plano em questão, esses sujeitos podem progredir, dentro de uma mesma classe, os quatro níveis de classificação e os dezesseis padrões

de vencimento. Porém, só poderão ascender de uma classe para a outra, mediante aprovação em concurso público para cargos de níveis superiores ao então pleiteado.

Dessa forma, de acordo com o que determina a Lei, o servidor técnico administrativo possui duas formas de progredir profissionalmente: a Progressão por Mérito Profissional e a Progressão por Capacitação Profissional. A primeira decorre das avaliações de desempenho realizadas ao longo da trajetória profissional do servidor, observado o respectivo nível de capacitação e refere-se a mudança de um padrão de vencimento para o imediatamente subsequente, realizada a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício. A segunda refere-se à mudança de nível de capacitação, dentro do mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificado em Programa de Capacitação que tenha sido realizado durante a permanência do servidor no nível de capacitação em que se encontra, não sendo aceitos cursos com data anterior à última progressão. O curso deve ser compatível com o cargo ocupado, com o ambiente organizacional e com a carga horária mínima exigida, porém sendo permitido o somatório de cargas horárias de cursos superiores a 20 (vinte) horas-aula, respeitando-se o interstício de 18 (meses).

Além dessas duas modalidades de progressão profissional previstas em lei, o Plano de Carreira do servidor técnico administrativo oferece um incentivo ao servidor que possui educação formal em nível superior ao que é exigido para o cargo do qual é titular. Trata-se do Incentivo à Qualificação, aplicado de acordo com percentuais calculados sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor. Esses percentuais são fixados em tabela, que podem variar de 5% a 75%. O título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor proporcionará o percentual máximo 75%, enquanto títulos com relação indireta corresponderão ao percentual mínimo 10%.

Entretanto, mesmo com essas possibilidades de progressão, há casos de servidores técnicos administrativos que chegam ao final da carreira e se aposentam sem terem sequer saído do nível I de Capacitação, o que nos instiga a investigar as razões dessa realidade. Diante dessa situação, cabe um questionamento: o que fazer com o técnico-administrativo que almeja atingir os níveis mais elevados da educação formal e não encontra oportunidades de fazê-lo em sua própria instituição de ensino?

Todavia, sabe-se que toda instituição que almeja avanços qualitativos na prestação de serviços deve se preocupar com a formação continuada de seu corpo técnico-administrativo de forma a contribuir para a qualificação e aprimoramento profissional de seus servidores com vistas ao atendimento dos seus interesses. A este respeito, ressaltamos o Decreto 5707/2006 (BRASIL, 2006, s/p) que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) da administração pública federal direta, autárquica e fundacional inserindo-se nesse contexto os técnicos administrativos em educação das universidades federais. A partir de então, as IES receberam a incumbência de promover ações destinadas a formação continuada dos docentes e técnicos, conforme Art. 3º, inciso IX, do Decreto 5.707/2006, qual seja:

[...] oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública. (BRASIL, 2006).

Cabe salientar que no inciso II do Art. 2º da PNDP, a gestão por competência é proposta como a “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”. Tal proposta nos remete as seguintes inquietações: será esta a única finalidade de uma política de desenvolvimento de pessoas que se propõe a desenvolver pessoas? Em que momento se faz presente uma proposta para emancipação desses sujeitos? E ainda, existe algum interesse do Estado de que a questão da emancipação venha à tona?

Convém lembrar que o Decreto 5.707/2006 (BRASIL, 2006) determina em seu inciso XIII que em casos de “eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União”, deverá ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Esta entidade, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil/MPOG, tem como missão precípua desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Sendo um dos “órgãos especializados para as atividades de formação, aperfeiçoamento, profissionalização e treinamento de seu pessoal civil” (ENAP, 1986, s/p), é responsável pela oferta de cursos que promovam o desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores públicos federais. Diante disso, percebe-se que em seu catálogo não existe a previsão de oferta de cursos referentes à educação formal, tendo em vista que tal atribuição não lhe é pertinente.

Sem desconsiderar a importância de se qualificar cada vez mais o técnico-administrativo para que este cumpra, a contento, as funções que cada cargo deve desenvolver, não podemos nos furtar à crítica acerca da visão de que este só precisa estudar aquilo que irá beneficiar o desenvolvimento de habilidades e competências uma vez que:

A situação seria adversa, é lógico, se ela fizesse de forma crítica, de tal sorte que os educandos fossem instrumentalizados intelectualmente para a superação da atual organização social que favorece o trabalho alienado. Assim, a escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho, não quando tenta diretamente formar profissionais para exercer suas funções no sistema produtivo, mas quando deixa de lado suas outras funções sociais relacionadas à adoção de um saber crítico a respeito da sociedade do trabalho alienado, pois não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele. Neste sentido, a escola capitalista, porque sempre preparou para viver na sociedade do capital sem contestá-la, sempre preparou para o trabalho. (PARO, 2013, p. 137 e 138).

4 | CONCLUSÕES

Podemos concluir a partir das reflexões que a atual política de desenvolvimento de pessoal ofertada pelas IES está aquém do que se deseja, pois se restringe ao desenvolvimento de competências para realização de atividades, tendo como objetivo único o desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício das atividades do cargo, em atenção aos objetivos institucionais. Em decorrência disso, chamamos a atenção para a necessidade de implementação de políticas que evidenciem a necessidade de uma formação continuada com vistas a autonomia e a emancipação do sujeito.

Para tanto, nos apoiamos em Antunes (2012) que, baseado no aporte teórico de Marx e Mészáros, salienta para a necessidade de se promover a emancipação do trabalho, não bastando para tanto suprimir o Estado e implantar o Comunismo ou simplesmente negar o capitalismo. Faz-se necessário seguir para além do capital, o que significa lutar pela transformação em que a Educação, entendida em seu sentido mais amplo, possa ser o caminho capaz de nortear o processo de transformação social, de modo radical, com vistas a superação da alienação do trabalho e a garantia da plena emancipação humana. Sobre isto ANTUNES (2012) nos leva a refletir sobre o papel da educação enquanto condição *sine qua non* para que cheguemos a emancipação humana intervindo nas limitações criadas pelo sistema capitalista que sobrepõe o produto do trabalho à própria condição humana. O mesmo autor afirma que tal atitude permite a Mészáros sonhar com uma educação ampla e não mais determinada pelo capitalismo.

Ainda com base em ANTUNES (2012), de acordo com essa concepção, Mészáros conclui que as inúmeras reformas educacionais não representam senão novas estratégias do próprio capital para perpetuar seu status conservador, e ainda que mesmo se a educação fosse pensada em sua totalidade, sozinha não pode ser considerada a “solução para todos os males”. Tais atitudes encontram-se vinculadas aos escores alcançados pelos estudantes. Isso reforça a política de desvalorização da experiência e da qualificação dos profissionais dando à educação apenas o valor da formação do capital humano, desconsiderando que existem múltiplos fatores que afetam o desempenho dos estudantes, tais como a família, o interesse dos estudantes e principalmente do poder público em prover condições de trabalho e estruturas físicas adequadas para esse profissional.

Assim sendo, a educação em seu sentido mais amplo tem como missão contribuir para que a superação do capital seja feita de forma total e não parcial, como se pretende nas estratégias reformistas educacionais. É através dessa mudança na concepção da educação, agora entendida como algo “plenamente” vivido pelo homem, que Mészáros (ANTUNES, 2012) entende que os indivíduos poderão, a partir de uma nova ordem social, redefinirem os rumos da sua própria vida, não mais na condição de explorados ou alienados.

A partir das reflexões infere-se que a educação se constitui como um campo de luta pela superação do modelo capitalista, ou seja, à construção de uma sociedade não mais determinada pelas necessidades da produção de mercadorias, pelo lucro, pela exploração alienante do trabalho. Para tanto, é necessário que o Estado reassuma seu lugar enquanto ente autônomo das suas políticas públicas, ainda que precise do apoio financeiro das agências internacionais, e com isso possa definir estratégias que possibilitem assistir às escolas e aos professores naquilo que necessitam considerando que não se planeja educação sem levar em conta as especificidades de cada lugar.

Este caráter dado à educação a coloca no patamar de toda e qualquer iniciativa de mudança social com vistas à emancipação humana, o que significa criar uma forma de consciência social que liberte dos limites restritos do controle do capital, a própria vida dos indivíduos de tal forma que a esses seja possível usufruir em sua totalidade e em igualdade com os donos dos meios de produção, de modo a fazer do processo de aprendizagem **a sua própria vida**. Mészáros (*apud* ANTUNES, 2012) acrescenta que é apenas nesse sentido amplo de educação que a educação formal poderá contribuir para a superação do capital realizando as suas necessárias aspirações emancipadoras, o que requer um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como a nossa própria vida.

Quiçá, a despeito do grave momento político, econômico e social que assola o país, deseja-se que a sociedade consiga reverter esse quadro de subserviência do Estado frente as linhas de financiamento das agências internacionais retomando sua autonomia de tal maneira que possa implementar políticas públicas de educação que possibilitem a emancipação dos indivíduos e a busca pela ação transformadora das instituições públicas de ensino do Brasil. Dessa forma, poderá abrir espaço para avaliar e discutir as desigualdades sociais aprofundadas pela crise que ora se apresenta, de modo a permitir que os sujeitos se mobilizem em prol de uma qualificação para além dos interesses capitalistas que os colocam em situações de constante desenvolvimento de habilidades e competências em detrimento de suas aspirações enquanto ser humano.

Finalmente, a implementação de políticas públicas que possibilitem aos técnicos administrativos das IES alcançarem uma formação continuada que os conduza ao desenvolvimento integral, à autonomia e a plenitude do ser possibilitará que esses atinjam os mais altos níveis de excelência no serviço público, porém essencialmente estarão contribuindo para que a educação se fortaleça enquanto ação libertadora e emancipadora da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC,

SEB, 2004.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Presidência da República. **Lei 11.091 (PCCTAE), de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>. Acesso em: 07/08/2013.

_____. Presidência da República. **Decreto N. 93.277, de 19 de setembro de 1986**. Institui a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública – CEDAM, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93277.htm Acesso em 13/08/2013

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>>. Acesso em: 07/08/13.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica**: em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação**: política de Estado para a educação brasileira / Brasília: Inep, 2016

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

JUNCKES, Elci Terezinha de Souza. **Política de capacitação dos servidores técnico-administrativos em educação da UFSC**. Florianópolis, SC, 2015. 137 p.

MAGALHÃES, Elenice Maria de. **A política de treinamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa na percepção dos treinados e dos dirigentes da instituição**. Viçosa, MG, 2007, 141f.

MARZOLA, Maria do Socorro Oliveira. **Gestão e Gênero: reflexões sobre o PCCTAE e mobilidade funcional de mulheres na UnB**. Brasília: UnB, 2013. 163 p.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008

PARO, Vitor Henrique. **A teoria do valor em Marx e a educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Célia Regina da; SILVA, Luiz Fernando da; MARTINS, Sueli Terezinha F. **Marx, ciência e educação**: a práxis transformadora como medição para a produção do conhecimento. 2. Ed - São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Wanderley da. **A capacitação de técnico - administrativos no mestrado profissional em Economia: uma análise da experiência da Universidade de Brasília** - Brasília, 2017. 101f.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-308-8

